O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS
A TRIBUNA
Visite www.atribuna.com | e-mail-jornalatribunac@gmail.com
R$ 2,50 | Rio Branco, quinta-feira, 16 de setembro de 2021 | Ano XXII - Número 7.266

PF desbarata megaquadrilha, apreende 150 carros e R$ 2,5 mi

Rodrigo Guimarães, o 'Rei do Camarote', ostentava nas redes sociais

Acreano envolvido, o 'Rei do Camarote', foi preso em Rio Branco

Uma grande operação da Polícia Federal atingiu uma organização criminosa que atua no tráfico de drogas nos estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Os policiais cumpriram 45 mandados de prisão e 63 mandados de busca e apreensão. Além dos carros de luxo foram apreendidos uma aeronave e uma lancha. Página 3

Família acreana paga R$ 82 mil para emplacar filho em universidade pública e perde tudo em golpe

Uma família do Acre é mais nova vítima que aparece na lista da polícia do Casal que vendia vagas remanescentes fictícias em universidades públicas. A queixa registrada na terceira regional aponta que uma pessoa pagou R$ 82 mil aos estelionatários para conseguir transferir dois filhos que estudam medicina no Paraguai, para uma universidade federal no Estado do Paraná. Só depois do pagamento é que a família percebeu que se tratava de um golpe. Página 3

Programa Habite Seguro pode contemplar 4.500 militares acreanos

Cerca de 4.500 militares acreanos podem ser contemplados com o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro), lançado recentemente pelo presidente de República, Jair Bolsonaro. A caserna conta com 2.700 militares da ativa e 1.800 da reserva remunerada da Polícia Militar do Acre (PMAC) e do Corpo de Bombeiros Militar Estado do Acre (CBM/AC). Página 5

Ambientalistas denunciam manobras

O antropólogo Terry Aquino manifestou preocupação com a decisão do ICMBio em autorizar licenciamento ambiental para estrada até Pucallpa, no Peru.
Página 5

Droga estava em caminhão que saiu de Cruzeiro do Sul

PRF apreende 221 kg da maconha Columbia Gold que saiu de Cruzeiro do Sul

A Polícia Rodoviária Federal de Rondônia interceptou um carregamento de um tipo especial de maconha durante atividade de policiamento na cidade de Vilhena (BR 364 Km 1). A droga era transportada por dois homens que viajavam em um caminhão. A droga estava escondida embaixo da "cama do motorista". O produto foi obtido no município de Cruzeiro do Sul e teria como destino final o estado do Mato Grosso. Página 3

Cameli apresenta anteprojeto do viaduto da Corrente e pede empenho do Dnit na recuperação da BR-364

Em reunião com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Antônio Santos Filho, o governador Gladson Cameli apresentou, nesta terça-feira, 14, o anteprojeto do viaduto da Corrente, que será construído em Rio Branco, e aproveitou ainda a oportunidade para solicitar do órgão prioridade na manutenção do trecho acreano da rodovia BR-364. Página 8

Governador Gladson Cameli apresentou anteprojeto de viaduto a diretor do Dnit

Senado afrouxa lei que libera candidatura de fichas sujas

Proposta segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro

Página 6

Artigo
A liberdade como regra

*Alan Bousso

Volta novamente à discussão pública a proposta de condenação em segunda instância, desta vez com alteração no Código de Processo Penal (CPP), em texto apresentado na Câmara pelo deputado João Campos (Republicanos-GO). Pela proposta, seria suprimido o trecho do artigo 283 do CPP que prevê que ninguém pode ser preso antes do trânsito em julgado do processo —ou seja, até que estejam esgotados todos os recursos legalmente previstos.

Antes de mais nada, ressalte-se a importância dos debates que envolvem a reforma de nosso anacrônico Código de Processo Penal, de caráter inquisitório. Praticamente todos os países das Américas se empenharam nas últimas décadas em compatibilizar seus sistemas processuais penais com os princípios da democracia.

A proposta específica de alterar o artigo 283 do CPP, contudo, não é salutar para a sociedade. Tanto pelo teor em si, principal crítica a ser feita à proposição, quanto pela recorrência de seu debate, que nos faz andar círculos, voltando sempre às mesmas questões, com os dispêndios que tais repetições geram.

Discussões, por óbvio, são saudáveis e estão no cerne da democracia. Mas precisam guardar respeito a todos os princípios da boa administração pública. Para além de morais, legais, impessoais e amplamente divulgadas, devem atender ao critério da eficiência. Não é o que se vê com a reincidência dos questionamentos acerca do tema.

Mas voltemos ao âmago da questão. A presunção de inocência e a ampla defesa, garantindo que a prisão de um condenado só ocorra após o trânsito em julgado da sentença, são pilares fixados no nosso ordenamento jurídico pela Constituição Federal. São relevantes garantias para todos os cidadãos. Relativizar tais princípios é fragilizar a segurança jurídica e restringir a liberdade assegurada aos brasileiros.

Lembremos que o Supremo Tribunal Federal (STF) pacificou, em 2009, o entendimento de que a regra constitucional exigia o trânsito em julgado para a execução de pena. Depois, em 2011, o Congresso aprovou o artigo 283 do CPP. A mudança de entendimento por parte do STF, em 2016, jogou por terra a discussão travada até então. Por isso, a OAB propôs, em maio de 2016, a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) 44, sustentando que a presunção de inocência é cláusula pétrea na Constituição. Só em novembro de 2019, a ADC 44 e suas correlatas (ADCs 43 e 54) foram a julgamento. Em vitória apertada, por 6 a 5, os ministros decidiram que a pena não deve ser executada após a sentença condenatória confirmada em segunda instância. Ou seja, decidiram que a pena não pode ser antecipada.

Como se vê, o tema já foi amplamente discutido. O momento em que vivemos —marcado pela crise econômico-sanitária— pede sensatez, empenho em garantir segurança jurídica e respeito àquilo que está consagrado na Constituição e ratificado pela instância máxima da Justiça. Que a reforma do CPP prossiga com todos os direitos e garantias basilares coerentemente protegidos e que a liberdade seja a regra até o trânsito em julgado.

*Alan Bousso é Especialista em direito processual civil e sócio de Cyrillo & Bousso

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/0001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40
DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho
DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira
REDAÇÃO: Cezar Negreiros e ...
FOTOGRAFIA
REVISÃO
Assinatura Semestral: R$ 350,00 | Assinatura Anual: R$ 700,00
* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO (Valores por cm/col em reais)

ESPAÇOS	Terça-sábado	Domingo
Primeira Página	183,69	214,02
Informe publicitário / Opinião / A pedidos	26,88	33,34
Página determinada	55,91	64,53
Página indeterminada	51,99	62,70
Encarte — milheiro – até 8 lâminas	150,00	150,00
1 página indeterminada	13.101,48	15.800,40
½ página indeterminada	6.550,74	7.900,20
Rodapé 6 colunas x 6cm	1.871,64	2.257,20
Rodapé 6 colunas x 8cm	2.495,52	3.009,60
Obs: acrescentar 30% no valor para anúncios coloridos		
ASSINATURA ANUAL JORNAL IMPRESSO – R$ 700,00		

BomDia

Faz de conta
O Senado vai assinar embaixo de projeto já aprovado na Câmara que libera a candidatura de políticos e gestores com as contas reprovadas e devidamente enquadrados na lei da Ficha Limpa. Isso é de uma vergonha absoluta. É a licença para roubar. É transformar os Tribunais de Contas em tribunais de faz de contas.

No Acre
No Acre, na última eleição, foram 335 pessoas impedidas de se candidatar por pendências com a Ficha Limpa. Alguns conseguiram liminares e concorreram a vereador, felizmente não eleitos. Agora, para o próximo ano, a festa está marcada. Até o ex-prefeito de Senador Guiomard, James Gomes, ex-marido da senadora Mailza Gomes vai poder ser candidato. E ainda se fala em moralização.

Vacinas
É simplesmente vergonhoso que sobre vacina no Acre, Estado em que mais de 200 mil pessoas não completaram a imunização com duas doses. É difícil saber que se vice uma época em que o obscurantismo ganha espaço, em que a racionalidade é abandonada por crenças e ideologias sem sentido.

Doses
É criminoso que o Estado deixe de receber doses porque as pessoas não procuram a única garantia de sobrevivência contra a Covid. Rara é a família do Acre que não tenha um ente querido a prantear por causa da pandemia e nem assim se aprende a lição.

Pressões
Há fortes denúncias de que ministros religiosos ainda estejam, pregando contra a vacina em púlpitos, impedindo os desavisados fiéis de procurarem os postos. Essa estratégia foi levada aos indígenas, de incutir o medo e assim propagar o genocídio. São pessoas que deveriam ser punidas. Liberdade religiosa não pode acobertar crimes contra a saúde pública ou atos reprováveis. O fanatismo deve ser combatido.

Estado
O Estado, o governo, também tem sua parcela de culpa. Por exemplo, é incompreensível e criminoso saber que a população carcerária não está completamente imunizada. Estas pessoas estão sob a guarda do estado que é responsável por eles. Elas não pedem a cidadania, o direito à vida pelo crime que cometeram. O Brasil é signatário do Pacto de San José da Costa Rica, que impôs as regras mínimas para o cárcere. E ninguém pode sofrer sanções além das que foram definidas expressamente nas penas. Simples assim.

Solução
Uma tentativa de solução seria radicalizar. Exigir o atestado de vacinação para todas as ações da vida prática, como acesso a equipamentos públicos, receber salário, ter atendimento de educação e saúde, frequentar locais públicos ou privados com mais gente, fazer um cerco aos refratários. Ilegal? Ora, da mesma forma que as pessoas precisam estar vestidas, que não se pode praticar nenhuma dessas atividades sem estar de roupa, assim deveria ser com a caderneta de vacina.

Esforço
O governador, médicos, agentes públicos se uniram desde o começo da pandemia em um esforço conjunto para salvar vidas. Quem não admite participar, não merece estar no convívio normal com seu semelhante e deve pagar o preço.

Aprovado
A Assembleia aprovou nas comissões o empréstimo proposto pelo governo do Estado para ações ambientais e de saneamento. Curioso foi ver a posição do deputado Evaldo Magalhães. Nos 20 anos do governo do PT ele nunca questionou os bilhões empenhados pelo Estado, uma boa parte deles usados em órgãos sob sua competência e que hoje é motivo de sucessivas condenações pelo TCE por má utilização. Sem explicações.

Transporte
A CEI aprovada e instalada na Câmara dos vereadores da capital vai dar dor de cabeça para a prefeitura e, se for fundo nas investigações, também para empresários de ônibus e gestores públicos. Há muito a ser desnudado nessa história. A composição da comissão deve acender o alerta para o prefeito.

Piora
Os usuários do transporte coletivo reclamam cada vez mais da piora do serviço, da qualidade dos ônibus, em sua maioria velhos e malcuidados. Os ônibus novos, biarticulados sumiram, os horários são desrespeitados, está uma bagunça. Tudo cai na cabeça do prefeito.

Promessas
Aliás, o prefeito foi eleito com três promessas básicas: solucionar o problema dos ônibus, fazer a reversão da água e apoiar o produtor rural. Com nove meses de mandato, nenhuma delas tem resultados para mostrar, ao contrário. A desilusão é grande e as redes sociais mostram isso.

Votação
Os deputados refizeram a votação e mantiveram o veto à candidatura de juízes, promotores e militares, que terão que fazer a quarentena. A proposta da limitação havia sido derrotada por apenas três votos as pressões fizeram com que se voltasse atrás. Antes assim.

Operação
A Polícia Federal de Rondônia deu um duro golpe ontem no Comando Vermelho, com a Operação Carga Pesada, que prendeu 45 pessoas, apreendeu 150 carros de luxo, aeronave, mais de R$ 2,5 milhões e bloqueio o esquema de tráfico de drogas da facção com base em Rondônia.

Disseminado
O braço do Comando Vermelho desarticulado ontem operava diretamente em oito Estados, inclusive no Acre, onde ocorreram prisões. A droga era transportada entre cargas de caminhões, daí o nome da operação.

Belo exemplo!!
O prefeito Tanízio Sá da pequena e indigente cidade de Manoel Urbano, um dos municípios mais pobres do Acre concedeu a si mesmo, vice-prefeito e secretários o 13º salário, férias e outras vantagens. Não teve bem vergonha de publicar o decreto no Diário Oficial. Parabéns para seus eleitores e para a população de Manoel Urbano.

Convênios
O governador assinou com sete prefeitos convênios de R$ 7 milhões para asfaltamento de 15 km de ruas. O ganho político foi infinitamente maior. Quem poderia supor há algumas semanas que o prefeito Mazinho Serafim, de Sena Madureira, fosse abraçar publicamente o governador em uma solenidade e reconhecer o trabalho conjunto?

Viaduto
O governador mostrou ontem a imagem do que será o viaduto da Corrente, que vai valorizar a entrada de Rio Branco e resolver os problemas do trânsito na região. Agora é conseguir que o Dnit realmente execute a obra. A previsão é de que esteja pronta em 2023.

Estrada
Notícia ontem de que o ICMBio teria dado a liberação ambiental para a construção da estrada que vai cortar o Parque da Serra do Divisor. Isso é de um absurdo e de um ridículo sem precedentes. Como o governo peruano já afirmou que não vai fazer sua parte da rodovia com a ligação para Pucallpa, a estrada que desejam aberta no Brasil vai de nada a nada. Fica provado que o único objetivo é a destruição da floresta.

De olho
Só que a comunidade internacional está de olho e a punição ao país pode ser o bloqueio de todo o agronegócio centrado na Amazônia. A emenda sairá pior que o soneto.

Fusão
DEM e PSL estudam a fusão para as eleições do próximo ano, agora que o Senado praticamente enterrou a possibilidade de coligações. Sairá um superpartido de direita que se espera democrática. No Acre isso é prenúncio de confusão.

Dono
É que o PSL é um dos redutos do vice-governador, major Rocha, que tomou o partido em um verdadeiro golpe de Estado, mas se os dois partidos se juntarem, a tendência será que a direção seja entregue ao deputado Alan Rick, dos Democratas, que será a maior liderança política, com mandato, do grupo. Aí é que a porca torce o rabo. Mais um confronto para o vice.

PF desbarata quadrilha de traficantes, apreende 150 carros e R$ 2,5 mi

Família acreana paga R$ 82 mil para emplacar filho em universidade

Sejusp adota medidas para público LGBTQIA+

... o dinheiro foi depositado, o casal não atendeu mais as ligações telefônicas nem responderam as mensagens.

O casal de estelionatário, Alaor da Cunha Filho e Nayara Pimassoni foi preso em julho desse ano no Rio de Janeiro acusados de negociar vagas fictícias no curso de medicina em universidades públicas em vários estados. Eles cobravam entre R$ 35 e R$ 150 mil para as famílias dos estudantes que queriam parar de estudar no exterior, como Paraguai e Bolívia e pretendiam entrar direto em uma universidade federal em vagas remanescentes. Mas tudo não passava de um golpe. A polícia do Rio de janeiro já tinha identificado 20 vítimas, e com a do Acre, agora são 21, mas de acordo com o delegado Judson Alencar, da terceira regional em Rio Branco, esse número pode ser bem maior, já que, o golpe vem sendo aplicado desde 2016.

De acordo com o delegado, dificilmente a família acreana vai conseguir resgatar esse dinheiro. "Quando foram presos, Alaor e Nayara, moravam em uma casa luxuosa em uma área nobre de Campo dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Foram apreendidos veículos e outros bens, quem sabe, esse dinheiro, no futuro, pode servir para ressarcir as vítimas", lamentou.

Para entrar em uma universidade pública, nas vagas remanescentes, a pessoa precisa passar por uma prova, disputando as vagas com outros interessados.

Casal estelionatário foi preso no Rio de Janeiro após vários golpes

... Portaria nº. 272, de 31 de março de 2017, a qual ampliou a atribuição das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no sentido de apurar crimes de violência doméstica, assim definidos na Lei nº 11.340/2006, bem como a adoção das respectivas medidas protetivas e a apuração de crimes às mulheres transexuais e travestis, em situação de violência doméstica e familiar, sem prejuízo de suas demais atribuições.

Além disso, segundo a Sejusp, nos municípios do interior do Acre onde não há Delegacias Especializadas, foram adotado os mesmos critérios para apuração dos crimes de violência doméstica contra essa população.

... fazer a inserção de dados conforme solicitado.

O item recomendado sobre treinamentos e capacitações regulares de seus agentes de segurança pública especificamente em relação à temática LGBTQIA+, que deverão contar com instrutores e instrutoras capacitados, e contemple, no mínimo a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e o Instituto de Administração Penitenciária, a Sejusp informou que incluiu o tema sugerido nas ementas dos cursos de formação, habilitação e aperfeiçoamento, bem como promoverá uma palestra com a referida temática no Curso de Formação de Soldados - CFSD PMAC 2021 e no Curso de Habilitação de Oficiais Administrativos.

Governo lança programa itinerante para atender mulheres vítimas

Uma importante ferramenta de reforço no combate à violência contra as mulheres foi lançada nesta quarta-feira, 15, pelo governo do Estado. É a Patrulha Maria da Penha Itinerante, da Polícia Militar do Estado do Acre (PMAC), que levará atendimento psicológico, jurídico e social até as comunidades, sobretudo aquelas mais vulneráveis, localizadas na periferia da capital e no interior do estado.

A primeira ação foi realizada nesta quarta, em frente ao Centro de Saúde Claudia Vitorino, na Rua Baguari, no bairro Taquari, um dos mais populosos de Rio Branco e considerado de alta incidência de violência contra mulheres.

A partir de agora, e por tempo indeterminado, uma equipe com psicólogos e militares da Coordenadoria da Patrulha Maria da Penha estará, a cada 15 dias, em locais de grande movimentação, sejam próximos a centros de saúde, em centros comunitários ou em praças públicas, com um ônibus próprio para ouvir mulheres vítimas de violência doméstica e ampará-las com esclarecimento sobre direitos.

Segundo explica a coordenadora da Patrulha Maria da Penha, a tenente-coronel Alexsandra Rocha, muitas das vítimas nem sequer sabem como proceder para deixar de ser maltratadas por seus companheiros. Ou têm medo de sair de casa para procurar ajuda.

"É neste momento que entraremos com o Patrulha Maria da Penha Itinerante. O que sempre vemos é que muitas não sabem como proceder quando estão sofrendo violência. Algumas têm até medo de perder a casa, tendo de sair do lar, quando, na verdade, quem sai é o agressor. São esclarecimentos e procedimentos como esse que a mulher terá a oportunidade de receber, ao ser atendida no nosso ônibus", explica Alexsandra Rocha.

Conforme a subcoordenadora, a primeiro-tenente Priscila Siqueira, mais de 1.100 mulheres já foram atendidas pela Patrulha Maria da Penha desde a sua fundação, tendo sido gerados mais de 3.500 procedimentos. "E o que é melhor é que ao longo desse período não registramos nenhum crime de feminicídio entre as pessoas que estavam sob o amparo da patrulha", ressalta a oficial da PMAC.

Atendimento psicológico e jurídico é oferecido às vítimas

Informação e suporte

No bairro Taquari, o primeiro dia do Patrulha Itinerante teve como objetivo levar informação e atender, se fosse necessário, as mulheres que tinham ido fazer consultas na Unidade de Referência da Atenção Primária Claudia Vitorino, uma das mais movimentadas unidades de saúde de Rio Branco.

Ali, a psicóloga Cleide Silva, a terceiro-sargento Nayara Araújo e os demais policiais militares que compõem a coordenadoria especial estiveram distribuindo informações sobre como proceder em caso de violência doméstica e convidando as mulheres que eventualmente estejam sofrendo algum tipo de violência para uma orientação mais aprofundada com a psicóloga, no interior do veículo.

A dona de casa A. G. L., de 42 anos, foi uma delas. Sob a condição de anonimato para a imprensa, mas completamente acessível para os profissionais da Patrulha Maria da Penha, ela narrou o seu caso para a equipe que prontamente tomou as providências, de acordo com a sua situação.

Pontua Nayara que o trabalho da Coordenadoria da Patrulha Maria da Penha possui um leque variado que vai desde as rondas nos endereços das vítimas, como medida protetiva, até o cumprimento de ações mais incisivas, como a prisão do agressor que descumprir a ordem da Justiça de manter-se afastado da vítima.

"Há casos em que o indivíduo chega a ser preso e passa a ser monitorado por tornozeleira eletrônica. Além disso, a vítima pode recorrer ao aplicativo Botão da Vida, que também está em pleno funcionamento e pode ser acionado a qualquer hora do dia ou da noite, tendo essa mulher o socorro imediato de nossas equipes", destaca a sargento.

Conforme Alexsandra Rocha, a previsão é de que, em breve, depois de Rio Branco, a Patrulha Maria da Penha Itinerante também alcance as cidades do interior. "De qualquer modo, independentemente desse serviço tão importante, pedimos que as pessoas denunciem as agressões, sejam elas de cunho físico, moral, psicológico ou sexual", conclama a coordenadora.

No Brasil, as ligações podem ser feitas de todo o país, gratuitamente, de qualquer telefone fixo ou celular, pelo número 180. Os dias de atendimento são de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados. Mas há ainda o 190 do Centro Integrado de Operações em Segurança Pública, que opera em regime de 24 horas sem distinção de feriados ou fins de semana.

Estado conclama população a fazer Cartão da Fundhacre

A Fundação Hospital do Acre (Fundhacre) iniciou uma campanha, por meio dos setores da gestão, para que a população possa adquirir o Cartão Fundhacre. O objetivo é agilizar o atendimento em consultas dos pacientes que procuram a unidade.

O presidente da instituição, João Paulo Silva, afirma que a prioridade é humanizar e melhorar cada vez mais o tratamento aos pacientes. "Pedimos que a pessoa venha à unidade, de segunda a sexta-feira em horário comercial, dirija-se ao primeiro balcão de atendimento na entrada principal e tire o seu cartão", solicita.

A gerente do Ambulatório Médico, Rozangela Farias, enfatiza que o cartão da Fundação só é adquirido uma vez, pois o número fica registrado e por meio dele se tem o acesso ao prontuário e a toda a história clínica do paciente.

"É importante que a pessoa ande com esse cartão, pois a sua função aqui na Fundhacre é a mesma do cartão SUS, sendo seu direcionamento voltado mais para o acesso ao paciente. Sem esse cartão não tem como ser realizado o atendimento, assim, caso a pessoa tenha perdido, ela pode emitir a segunda via na recepção", afirma.

Para emissão do documento, é necessário trazer a carteira de identidade e o cartão do SUS. Após a retirada do cartão, o paciente passa a ter acesso a todos os serviços da Fundação.

Saúde faz capacitação sobre acesso a remédios

Considerando o processo de transferência e novo modelo de acesso aos medicamentos disponibilizados pelo Ministério da Saúde para tratamento das hepatites virais na atenção primária em saúde (APS), a Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), por meio do Núcleo Técnico de Infecções Sexualmente Transmissíveis, está promovendo uma capacitação que se estende até a sexta-feira, 17.

De acordo com a responsável pelo núcleo, Suilany Souza, a capacitação visa a implementação de ações que fazem parte do plano de ação elaborado pelo Estado, em parceria com a Organização Panamericana de Saúde (Opas) e Ministério da Saúde.

"Visamos fortalecer as ações que já vêm sendo executadas em todo território acreano, relacionadas à descentralização do tratamento das hepatites virais, acompanhamento compartilhado, manejo clínico do HIV, Sífilis e hepatites, oferta de prevenção combinada e diagnóstico", explicou Suilany Souza.

A capacitação está ocorrendo no auditório do Hotel Lumini, em Rio Branco, para profissionais técnicos dos 11 municípios que compõem a regional do Baixo Acre e está sendo realizada em parceria com o Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) do Acre.

A atividade contará com momentos de ampla discussão e orientações buscando incentivar a reflexão técnica e crítica de conhecimento da epidemiologia em seus respectivos territórios, buscando elaborar metas de combate ao avanço das ISTs, mediante o incentivo ao diagnóstico correto, oferta oportuna de tratamento e vinculação do paciente a rede assistencial e adesão ao tratamento.

Haverá também aulas práticas sobre o uso correto dos Testes Rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C ao coordenador de atenção primária e de Vigilância Epidemiológica dos municípios; enfermeiro que atua na execução dos testes rápidos e tenha perfil para replicação das informações e atualizações para os demais colegas do seu território.

Aina, de 20 a 22 de setembro a capacitação será ofertada aos profissionais técnicos de unidades de saúde de assistenciais do Estado das unidades de pronto atendimento (UPAs), Centros de Testagens e Aconselhamento (CTA), Sistematização Assistência de Enfermagem (SAE), Maternidades, Hospitais e Unidades Mistas de todo o território Acreano, somente sobre testes rápidos.

Representante do Acre participa do Fórum Nacional dos Secretários de Esporte em Brasília

O chefe do Departamento de Esportes da Secretaria de Estado de Educação do Acre (SEE), Júnior Santiago, participa do VII Fórum Nacional de Secretários de Esporte em Brasília, representando o Acre, nos dias 14 e 15, terça e quarta-feira.

A cerimônia de boas-vindas se deu no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. A abertura tratou da aprovação da nova redação do estatuto social, pré-candidatura, eleição, posse e outros temas.

Entre as principais pautas do Fórum, houve a eleição da nova presidência e membros do Fórum Nacional de Esportes, realizada na noite de terça-feira, 14, e que elegeu por unanimidade o representante do Acre como vice-presidente.

As discussões acerca dos Jogos Escolares 2022 foram muito positivas, tanto por parte Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) como pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), com tudo alinhado e bem encaminhado para a realização do evento no próximo ano. Outros pontos favoráveis foram as alterações da Lei Pelé e o aumento de repasses e de convênios para os estados.

Os novos mandatos vão até 2023. O grupo também debateu os desafios da atividade em um momento pós-pandemia, assim como o compartilhamento de experiências e ações em conjunto. Os representantes de todo o país participaram da votação, de forma presencial e híbrida, assim como dos debates e das trocas de experiência.

"O Fórum ganhou força dentro do Poder Legislativo. para que possamos obter mais recursos para os estados. É a primeira vez que o Acre faz parte da presidência do Fórum, com a vice-presidência. Isso é um avanço muito grande, para que a gente possa brigar pelo desenvolvimento do esporte, e esse foi o intuito da nossa candidatura", pontuou Júnior Santiago.

Foi a primeira reunião presencial do Fórum Nacional de Secretários de Esporte, com a participação de 22 membros. A secretária Especial do Esporte, do Ministério da Cidadania, Fabiola Molina, esteve presente e defendeu a realização dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e do esporte de maneira geral.

Deracre intensifica obra em ponte sobre Rio Andirá

O governo do Estado, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre (Deracre), em parceria com a Prefeitura de Porto Acre, tem intensificado os trabalhos na construção da ponte de madeira sobre o Rio Andirá na Comunidade de produtores rurais, localizado naquele município. Cerca de quatro mil pessoas serão beneficiadas com a obra, que visa garantir a trafegabilidade na região do Ramal dos Paulistas.

Uma equipe técnica do Deracre realizou, ao longo da semana, uma visita técnica ao local para saber do avanço das ações. Com a presença do diretor de Desenvolvimento Regional do Deracre, Tony Roque, a construção da ponte de madeira tem por objetivo garantir o acesso provisório da comunidade, "para evitar o isolamento total daquela região".

De acordo com Roque, a construção da ponte de concreto se dará por meio de emenda parlamentar destinada pelo senador Márcio Bittar no valor da emenda para ponte de concreto R$ 8 milhões. O governo entrou com investimento para a ponte de madeira no valor de 1,2 milhão.

A ponte tem 90 metros de extensão e permitirá o acesso aos ramais Boa Fé, Capixaba e Tocantins, bem como facilitará o escoamento da produção agrícola.

Estrada vai corta o Parque Nacional da Serra do Divisor, com impacto ambiental sem precedentes

Ambientalistas denunciam manobras para liberar construção de estrada

Cezar Negreiros

O antropólogo Terry Aquino manifestou preocupação com a decisão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de autorizar o licenciamento ambiental da abertura de 152 quilômetros da BR-364 com destino a cidade peruana de Pucalpa (na região de fronteira do Peru). Destacou que o impacto ambiental naquela região do Vale do Juruá será imensurável, pois a estrada corta parte do Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD) e circunda as terras indígenas dos Nukinis, Jaminawa do Igarapé Preto (onde vivem os Yaminawá) e os Poyanawas. "A abertura de um trecho de 103 quilômetros dentro da floresta peruana coloca em risco os índios arredios que perambulam pela região de fronteira", revelou.

Aquino citou o exemplo de retomada das obras da estrada estrada dos madeireiros que paira como uma ameaça das cabeceiras do Rio Amônia, além de que coloca em risco a população dos Ashaninkas que vivem na região de fronteira no município de Marechal Thaumaturgo. Contou que este trecho foi aberto na década de cinquenta (século passado) pelas empresas petroleiras, em busca de líquido precioso na região de fronteira do Brasil. "Bastou a retomada das obras para começar o aparecimento de peixes mortos boiando no Rio Amônia", lamentou o antropólogo.

O movimento ambiental acreano teme que a nova estrada interligando os dois países se transforme numa nova rota do narcotráfico que mantêm base no território peruano. Apontam que a infraestrutura do Acre ainda não é suficiente para suportar a quantidade de drogas que possa entrar por essa via no Vale do Juruá. A preocupação é que o estado não venha ser a nova Medellin com a construção da nova rodovia transacional. Quem apoia uma aberração desta, merece total desprezo do movimento ambientalista, pois esta obra traz um enorme impacto na Serra do Divisor que tem importância mundial por conta da biodiversidade. Além de fazer parte de um rico mosaico de unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos agroextrativistas cujas populações dependem da floresta em pé e dos direitos ao território. "Essa estrada não traz benefícios à população acreana, mas tão somente a interesses pontuais de grandes magnatas que tem pretensão de patrocinar a exploração madeireira e pecuária ilegal.

A Associação de Servidores do Ibama e do ICMBio no Acre (Asibama/AC) manifestou contrário a construção da estrada, porque defendem a sustentabilidade ecológica e socioambiental daquela região do Vale do Juruá. A diretoria da entidade lamenta que políticos federais e locais, com destaque para o senador Márcio Bittar (MDB), querem impor a visão de "crescimento econômico" míope e voltada a uma diminuta classe dominante, à custa da destruição de ecossistemas fundamentais e do meio de vida de numerosas populações tradicionais (indígenas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores e agricultores familiares) que vivem naquela área.

Denúncia

Os ambientalistas acreanos denunciam que parlamentar acreano, junto com a deputada federal Mara Rocha (MDB), também querem acabar com o Parque Nacional da Serra do Divisor para entregar as terras da União aos invasores, grileiros e pecuaristas. "É grave, em pleno século 21 de catástrofe climática e outras mazelas, políticos se comportarem desta maneira destrutiva, tomara que a população se conscientize e que eles não mais sejam eleitos", destaca a nota da entidade.

O diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (Dibio) do ICMBio, Marcos Aurélio Venâncio, deu aval para retomada dos estudos que viabilize o licenciamento ambiental desta estrada federal. A Procuradoria Federal Especializada da Advocacia-Geral da União (AGU), enviou um parecer no dia 31 de agosto deste ano, recomendando que caberia ao ICMBio a decisão sobre a abertura do processo de licenciamento ambiental para estrada no parque. O licenciamento caberá ao Ibamae, conforme estabelece a Instrução Normativa Conjunta nº8/2019 e a Resolução nº428/2010 do Conama, porque se trata de uma unidade de conservação federal.

Estado assina minuta de reformulação do PCCR dos servidores da Saúde

Nesta terça-feira, 14, representantes dos sindicatos dos servidores da Saúde estiveram na sede da Secretaria de Estado de Saúde (Sesacre), em Rio Branco, para apresentar o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Há 21 anos os profissionais buscam a reformulação desse instrumento que garante valorização à classe, sendo, portanto, um compromisso abraçado pelo governador Gladson Cameli.

A minuta de lei, que ainda não é o texto final, com as propostas da reformulação do plano de carreira dos servidores, foi assinada pela secretária de Estado, Paula Mariano, com a presença de representantes de diversas áreas da Saúde.

"Desde o início do ano vínhamos nos alinhando e fazendo acordos com os sindicados para a reformulação deste PCCR. O governador reconhece o trabalho dos servidores da Saúde, então, após a entrega da minuta, a equipe de governo irá analisar o texto. Assim construiremos uma proposta que atenda a todos", destacou a secretária de Estado de Saúde.

A minuta também será entregue à Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) e Casa Civil. Entre os pontos do plano, estão a melhoria de salário dos servidores, promoções, titulações e etapa-alimentação.

Escolas em Rio Branco	Contato Telefônico	Escolas em Outros Municípios	Contato Telefônico
CEJA	3244 2271	PEDRO DE CASTRO MEIRELES (ACRELÂNDIA)	999610522
BERTA VIEIRA	99985-6612	SANTA LÚCIA III (ACRELÂNDIA)	996071972
DJALMA TELES	99948-6547	ESCOLA PADRE PAOLINO MARIA BALDASSARI (SANTA ROSA DO PURUS)	99206-8862 99988-4558
AYRTON SENNA	99214 9294	ESCOLA FONTENELE CASTRO (SENA MADUREIRA)	99906-0086
SANTO ANTÔNIO	99916 1964	ESCOLA DOM JÚLIO MATTIOLI (SENA MADUREIRA)	99985-8633
SÃO CAMILO	99926 9436	ESCOLA ASSIS VASCONCELOS (SENA MADUREIRA)	99977-9006
SÃO PEDRO	9997-6811	ESCOLA RAIMUNDO HERMÍNIO DE MELO (SENA MADUREIRA)	99951-9255
ANTÔNIA FERNANDES	99994 5365	ESCOLA NAZIRA ANUTE DE LIMA (MANOEL URBANO)	999606722
FREI HEITOR	99996-1300 98426-5943	ESCOLA ELVIRA FERREIRA GOMES (MARECHAL THAUMATURGO)	99292-0545
ROBERTO SANCHES	99953-1137 99202-9172		

Matrículas para Educação de Jovens de Adultos

As matrículas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) continuam abertas até 30 de setembro para dez escolas da capital acreana e nove do interior do estado, que não aderiram à greve dos profissionais da Educação, realizada no primeiro semestre do ano.

Os estudantes que pretendem continuar os estudos ou ingressar na modalidade devem procurar a escola mais próxima (veja o quadro com as escolas com matrículas abertas).

A assessora pedagógica do Núcleo de Educação de Jovens, Andressa Limeira, explica que, para ingressar na etapa de ensino fundamental da EJA, é necessário ter a idade mínima de 15 anos; já na de ensino médio, 18 anos. "Essa é uma modalidade que democratiza o ensino e propicia a milhares de jovens e adultos brasileiros concluírem os estudos", pontua.

Para as escolas que aderiram à greve, as matrículas serão abertas no dia 6 de outubro. Outras informações poderão ser obtidas pelo endereço eletrônico dieja.see.ac@gmail.com.

Programa Habite Seguro pode contemplar 4.500 militares acreanos

Cezar Negreiros

Cerca de 4.500 militares acreanos podem ser contemplados com o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública (Habite Seguro), lançado recentemente pelo presidente de República, Jair Bolsonaro. A caserna conta com 2.700 militares da ativa e 1.800 da reserva remunerada da Polícia Militar do Acre (PMAC) e do Corpo de Bombeiros Militar Estado do Acre (CBM/AC). "A expectativa é das melhores possíveis, porque o problema de militares morando em áreas de risco já faz parte das nossas pautas de reivindicações", declarou o vice-presidente da Associação dos Policiais Militares do Estado do Acre (Ame/Acre), sargento Igor Oliveira.

Ele citou exemplo de militares que tiveram as suas casas invadidas ou sofreram atentados em sua comunidade, pelo simples fato de fazer parte da área da segurança pública. Observou que projeto da prefeitura de Rio Branco já estava em andamento, mas o programa Habite Seguro deve facilitar o crédito e a concessão do imóvel próprio aos militares acreanos que não possui casa própria.

A entidade manteve algumas reuniões com o prefeito progressista, Tião Bocalom que na ocasião, acenou com a intenção de apresentar um projeto habitacional, onde um percentual dos imóveis seria destinado aos militares. "Em breve, faremos tratativas também com os demais prefeitos do Estado", revelou o sargento Igor.

Proposta

- A medida provisória encaminhada ao Congresso Nacional contempla policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais. Os militares contemplados serão atendidos com uma subvenção financeira concedida pelo governo federal, mas com crédito imobiliário mais flexível para aquisição da casa própria.

A proposta contempla que tem soldo de até R$7 mil, com a chance de financiar até 100% do valor do imóvel, além de um subsídio de até R$ 13 mil, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A previsão que neste primeiro ano, possam ser disponibilizado um aporte de R$ 100 milhões para custear as operações, a serem realizadas pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Acre recebe mais de mil doses de vacina contra a Covid-19 nesta quarta

O governo do Acre recebeu na tarde desta quarta-feira, 15, mais uma remessa de vacinas contra a Covid-19. São 1.170 doses da fabricante Pfizer para o processo de imunização dos acreanos. Esta é a 49ª pauta de distribuição enviada pelo Ministério da Saúde (MS).

Após a chegada dos imunizantes, o governo do Estado se torna responsável pela distribuição imediata aos municípios que estão recebendo lotes da Pfizer e que são responsáveis pelo cronograma de vacinação. A logística de entrega desenvolve-se com o auxílio das demais instituições, como a Segurança Pública, para que os imunizantes cheguem de forma célere e segura às localidades mais isoladas.

O governo do Acre, por meio das equipes de imunização do Estado, está desenvolvendo nos municípios a ação intitulada Caravana da Vacinação, que tem como objetivo auxiliar as secretarias municipais de Saúde a atingir maior número de cidadãos. Além disso, a vacina contra a Covid-19 também é aplicada em ações do Programa Saúde Itinerante, para que o quanto antes seja alcançada a imunidade de rebanho.

Senado afrouxa lei para liberar candidatura de punidos com multas por contas rejeitadas

O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (14) um projeto que flexibiliza a Lei de Inelegibilidade para permitir que detentores de cargos públicos possam se candidatar mesmo quando tiverem as contas julgadas irregulares, desde que tenham sido punidos apenas com multa, sem imputação de débitos.

A proposta segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro e precisa ser sancionada até 2 de outubro para valer nas eleições de 2022. Atualmente, os gestores ficam inelegíveis por oito anos quando têm as contas rejeitadas por ato doloso de improbidade administrativa e por decisão irrecorrível.

A iniciativa sofreu pouca resistência no Senado e teve o apoio de senadores da oposição e da base do governo. Foram 49 votos a favor e 24 contrários.

Para o relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), o projeto apenas reforça o que tem sido decidido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

"Esse projeto apenas torna as coisas mais simples, mais claras, mais objetivas, em consonância com o que já é consolidado no Tribunal Superior Eleitoral. A ideia é evitar o desgaste da pessoa passar todo o tempo de campanha se defendendo sem poder fazer a campanha."

"Nós não podemos, no meu entendimento modesto, condenar à morte política, porque são oito anos de inelegibilidade —todos nós sabemos quanto é árdua a vida do político—, depois de oito anos essa pessoa voltar às lides políticas simplesmente porque houve um erro formal", acrescentou.

Uma das parlamentares a se posicionar contra foi Soraya Thronicke (PSL-MS). Para a senadora, a mudança poderá prejudicar a Lei da Ficha Limpa.

"Esse projeto que será votado hoje [terça], com todo o respeito, preocupa-nos sobremaneira, porque se baseia em muitos argumentos falaciosos [...] O objetivo oculto é deixar uma brecha para impedir a inelegibilidade, mesmo em circunstâncias graves, o que muitos usam de má-fé e acabam prejudicando os políticos de boa-fé", afirmou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentou uma emenda para vedar a inelegibilidade somente aos casos em que as irregularidades na prestação de contas não resultassem em danos aos cofres públicos.

Pela sugestão do parlamentar, a exclusão da inelegibilidade não se aplicaria nos casos de omissão no dever de prestar contas. A maioria do Senado, no entanto, votou contra essas mudanças.

O projeto passou pela Câmara, em junho, pouco mais de uma semana depois de os senadores afrouxarem a lei de improbidade administrativa.

Os dois projetos têm em comum a finalidade de aliviar as regras para administradores que tiverem cometido irregularidades consideradas não intencionais e se alinham ao discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que avalia haver um "uso político-eleitoral" da atual legislação.

A proposta precisa ser sancionada até 2 de outubro para valer nas eleições de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
Nº 08/2021

1. OBJETO: O objeto da presente licitação é aquisição de reagentes químicos e vidrarias para atender as necessidades dos laboratórios da Universidade Federal do Acre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. RESULTADO DE JULGAMENTO: Empresas vencedoras do certame: REY-GLASS COMERCIAL E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 04.345.762/0001-80, vencedora dos itens 03, 11, 12, 15, 16, 18, 19, 22, 27, 34, 38, 46, 53, 60, 61, 63, 89, 90, 104, 148, 166, 167, 171, 176, 190, 198, 202, 216, 234, 241, 287 e 289 no valor total de R$ 21.527,95 (vinte e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos); F.MARQUES DE SA, CNPJ: 04.855.570/0001-14, vencedora dos itens 28 e 123 no valor total de R$ 15.560,00 (quinze mil, quinhentos e sessenta reais e zero centavos); ADILSON SILVA JUNIOR, CNPJ: 08.223.886/0001-44, vencedora dos itens 94 e 95 no valor total de R$ 1.387,68 (mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos); OBAH PRODUTOS E SERVICOS ANALITICOS EIRELI, CNPJ: 09.134.068/0001-38, vencedora dos itens 10, 110, 169, 206 e 300 no valor total de R$ 11.243,68 (onze mil duzentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos); BASPRIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI, CNPJ: 10.698.323/0001-54, vencedora dos itens 32, 33, 56, 57, 58, 59, 69, 99, 100, 277, 278, 279 e 282 no valor total de R$ 37.630,00 (trinta e sete mil seiscentos e trinta reais e zero centavos); MERCOSCIENCE COMERCIAL LTDA, CNPJ: 12.925.007/0001-01, vencedora do item 36 no valor total de R$ 900,00 (novecentos reais e zero centavos); SAINT VALLEN BIOTECNOLOGIA LTDA, CNPJ: 13.213.516/0001-66, vencedora do item 187 no valor total de R$ 1.394,95 (mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos); CIENTIFIC COMERCIO & PRODUTOS LTDA, CNPJ: 21.263.301/0001-88, vencedora dos itens 13, 105, 161, 168, 194, 233, 239, 240, 250, 251, 255, 256, 283 e 291 no valor total de R$ 6.808,00 (seis mil oitocentos e oito reais e zero centavos); AMR SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA, CNPJ: 30.479.645/0001-10, vencedora dos itens 30, 43, 44, 47, 50, 51, 62, 64, 68, 72, 75, 76, 82, 88, 106, 107, 113, 137, 138, 139, 145, 154, 156, 163, 174, 181, 193, 195, 199, 200, 229, 231, 242, 246, 257, 258, 262, 268, 272, 275, 280, 285, 286, 292 e 293, no valor total de R$ 57.888,62 (cinquenta e sete mil oitocentos

CPI da Covid convoca ex de Bolsonaro, e lobista confirma relação próxima com Jair Renan

O lobista Marconny Albernaz de Faria reconheceu em depoimento na CPI da Covid nesta quarta-feira (15) que mantém uma relação muito próxima e de amizade com Jair Renan, filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Marconny, apontado como lobista da Precisa Medicamentos —empresa que intermediou a negociação da vacina indiana Covaxin com o governo federal—, afirmou que chegou a comemorar o seu aniversário em um camarote de propriedade do filho 04 e que o ajudou na abertura de sua empresa.

Nesta quarta, os senadores aprovaram ainda requerimento de convocação de Ana Cristina Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Jair Renan. Mensagens trocadas entre Marconny e Valle mostrariam que ela seria responsável por fazer indicações para cargos no governo.

Em um depoimento tenso, Marconny irritou diversas vezes os senadores da CPI ao dar respostas confusas e atrapalhadas.

Também foi ameaçado de prisão ao afirmar não se recordar quem era o senador a quem se referiu em mensagem, na qual afirma que esse parlamentar ajudaria a "desatar o nó" da negociação de testes para detectar Covid-19.

Reportagem da Folha mostrou mensagens trocadas entre Marconny e Jair Renan em que o lobista oferece auxílio para a abertura da empresa do filho do presidente da República.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha, após quebra judicial de sigilo do lobista a pedido do Ministério Público Federal no Pará, e de análise de documentos da Receita Federal. Os dados foram compartilhados com a CPI.

Marconny confirmou em seu depoimento a proximidade com Jair Renan, amizade que teve início assim que o filho do presidente chegou a Brasília. "Ele [Jair Renan] queria criar uma empresa de influencer, e aí eu só apresentei ele para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura dessa empresa."

O lobista também reconheceu que comemorou o seu aniversário em um camarote de Jair Renan, localizado no estádio Mané Garrincha, em Brasília. Em sua defesa, Marconny afirmou que a festa não infringiu regras sanitárias da pandemia.

"Mas não estou dizendo que o seu evento foi realizado de forma ilegal, não. A ilegalidade não está na festa, a ilegalidade está no que se consegue nas festas, porque se elucida, com muita clareza, por que vale a pena contratar um Marconny", reagiu o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

"Porque o Marconny diz que não conhece senador, o Marconny não é advogado, o Marconny não entende de contrato, o Marconny não entende da administração pública, mas o Marconny é um cara que vai para o churrasco com a advogada do presidente [Bolsonaro] e que faz sua festa de aniversário no camarote de propriedade ou de aluguel, não sei, do filho do presidente", disse.

O vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ressaltou a proximidade do lobista com pessoas do núcleo duro de Bolsonaro, incluindo a advogada Karina Kufa, e disse na sequência que não seria necessária a resposta do depoente, uma vez que a comissão já detém mensagens que comprovam a atuação.

"A senhora Ana Cristina Bolsonaro, que acredito que tem que ser trazida à CPI, encaminha currículos de pessoas indicadas pelo senhor Marconny para ocupar cargos no governo federal", afirmou Randolfe.

E. MACHADO ROMERO IND. E CERÂMICA EIRELI
CNPJ.: 09.631.332/0001-49
Torna público que REQUEREU do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, a RENOVAÇÃO da LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 274/2017 para a atividade de FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CERÂMICA OU BARRO COZIDO PARA USO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, localizado a Rodovia AC 10 Km 08 – Zona Rural de Rio Branco – Acre.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
3º TABELIONATO DE NOTAS E 3º REGISTRO CIVIL DE PESSOA NATURAL DA COMARCA DE RIO BRANCO-AC
Fredy Pinheiro Damasceno Salgado – Tabelião e Oficial Registrador

Livro: D - 13 | Folha: 169

EDITAL DE PROCLAMAS DE CASAMENTO

FREDY PINHEIRO DAMASCENO SALGADO, Interino da Terceira Serventia de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre. Faz Público, para fins de direito, que estão se habilitando para casarem nesta cidade, os casais abaixo qualificados:

01- JOVENILSON SILVA MESQUITA e ALMIZETH DA MOTA DE OLIVEIRA, sendo, ELE brasileiro, pescador, solteiro, natural de Rio Branco/AC, filho de FRANCISCO GRACIANO BARROS DE MESQUITA e MARIA ROSILDA DA SILVA. ELA brasileira, enfermeira, divorciada, natural de Rio Branco/AC, filha de ALMIRO BARBOSA DE OLIVEIRA e NAZARÉ ALVES DA MOTA.

02-LINDON JOHNSONS LEMOS DE OLIVEIRA e TÂNIA MOREIRA DE MENEZES, sendo, ELE brasileiro, professor, divorciado, natural de Rio Branco/AC, filho de ALONSO TOMÉ DE OLIVEIRA e MARIA LEMOS DA SILVA. ELA brasileira, professora, divorciada, natural de Rio Branco/AC, filha de RUI BARBOSA DE MENEZES e MARIA DE FÁTIMA MOREIRA DE MENEZES.

03-MATHEUS ALVES DO NASCIMENTO e LUANDA MARIA BEZERRA DE SIQUEIRA, sendo, ELE brasileiro, defensor público, solteiro, natural de Fortaleza/CE, filho de JOSÉ AURI MOURA DO NASCIMENTO e IRISLÂNDIA TEIXEIRA ALVES DO NASCIMENTO. ELA brasileira, servidora pública municipal, solteira, natural de Rio Branco/AC, filha de MARTINIANO CÂNDIDO DE SIQUEIRA FILHO e MARIA JOSÉ BEZERRA.

04-VLADISNEY DE MOURA SILVA e DAYA DE KÁSSIA PINHEIRO CAMPOS, sendo, ELE brasileiro, policial militar, divorciado, natural de Paudalho/PE, filho de JOSÉ SIDNEY DE ARAÚJO SILVA e COSMA ALVES DE MOURA. ELA brasileira, advogada, solteira, natural de Rio Branco/AC, filha de ODACLÉIA PINHEIRO CAMPOS e FRANCISCO DARICHEN CAMPOS.

05-LEANDRO NASCIMENTO ROSA e ADRIELE LEAL VIANA, sendo, ELE brasileiro, pedreiro, solteiro, natural de Rio Branco/AC, filho de DEVALDO DE ALMEIDA ROSA e MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO DO NASCIMENTO. ELA brasileira, estudante, solteira, natural de Rio Branco/AC, filha de ADELCIMAR VIANA CACAU e IVANI COSTA LEAL.

Se alguém tiver conhecimento de algum impedimento legal, que o denuncie na forma da Lei para fins de direito, no prazo de 15 dias, junto à 3ª Serventia do Registro Civil das Pessoas Naturais desta Comarca na Av. Ceará nº 3607, Bairro 7º BEC- CEP-69.918-108- TEL: (068) 2102-5445.

Rio Branco-AC, 15 de setembro 2021.

Andrêssa Queiroz da Silva
Escrevente Autorizada

ESTADO ACRE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO

Aviso de Licitação
TOMADA DE PREÇOS nº 011/2021
Órgão: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo
Data de Abertura: 05/10/2021
Horário: 08h30min
Local: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo – Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, nº 113 – Centro
Objeto: CONSTRUÇÃO DE QUINTAIS NAS ESCOLAS DE ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO-AC.
OBS: A pasta informativa contendo o edital e seus anexos estará disponível no endereço retro mencionado.

Marechal Thaumaturgo–AC, 14 de setembro de 2021.
Felix de Melo Sarah Neto
Presidente da CPML

Pacheco impõe nova derrota a Bolsonaro e devolve MP das fake news editada na véspera do 7 de Setembro

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), devolveu ao governo a medida provisória editada por Jair Bolsonaro que limita a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais. O anúncio foi feito durante a sessão do plenário desta terça-feira (14).

Trata-se de mais uma derrota imposta pelo Senado e por Pacheco a Bolsonaro. O senador mineiro já havia arquivado o pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), protocolado por Bolsonaro. E a Casa derrubou há duas semanas a minirreforma trabalhista proposta pelo governo.

anúncio do presidente do Senado aconteceu horas após ter participado de cerimônia no Palácio do Planalto. Pacheco e outros 53 ministros de Estado, do STF e parlamentares foram agraciados com o prêmio Marechal Rondon, do Ministério das Comunicações.

Bolsonaro participou da cerimônia e, sem citar diretamente a MP, afirmou que fake news "faz parte da vida" e "não precisamos de regular isso aí".

Ao fazer o anúncio, Pacheco evitou comentários políticos a respeito da devolução. Apenas leu o ato jurídico que assina, no qual afirma que a MP promovia "alterações inopinadas ao Marco Civil da Internet" e gerava "considerável insegurança jurídica".

Ele também lembrou que o assunto tratado na MP já é discutido no projeto de lei sobre fake news, aprovado pelo Senado em 2020 e atualmente em tramitação na Câmara. Assim, de acordo com o presidente do Senado, a edição da medida "revela a manifesta tentativa de suplantar o desenvolvimento do devido processo legislativo".

"Nesse caracterizado cenário, a mera tramitação da medida provisória nº 1.068 de 2021 já constitui fator de abalo ao desempenho do mister constitucional do Congresso Nacional", disse Pacheco.

O presidente do Senado ainda citou as recentes manifestações do procurador-geral da República, Augusto Aras, e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) contra a MP e destacou que cabe ao presidente do Congresso decidir sobre "medidas provisórias em situações que revelem um exercício abusivo da competência presidencial, capaz de atingir o núcleo do arranjo institucional formulado pela Constituição Federal".

"O conteúdo normativo veiculado na medida provisória nº 1.068, de 2021, disciplina, com detalhes, questões relativas ao exercício de direitos políticos, à liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, matérias absolutamente vedadas de regramento por meio do instrumento da Medida Provisória", reiterou.

O anúncio de Pacheco angariou grande apoio entre os senadores, que pediram a palavra para cumprimentá-lo. O líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a medida provisória representava a prática de Bolsonaro de "legislar em causa própria e em benefício de seus apoiadores".

Antonio Anastasia (PSD-MG) disse que devolver uma medida provisória "não é uma decisão singela", mas reforçou que a medida era "notoriamente inconstitucional", por não ser assunto passível de ser alvo de medida provisória.

Inicialmente, Pacheco havia indicado que decidiria na semana passada, mas resolveu adiar seu veredicto. Ele teria pedido uma segunda análise mais robusta da Advocacia do Senado para evitar questionamentos.

Além disso, a nota retórica divulgada por Bolsonaro na última quinta-feira (9) teve um impacto importante. Aliados avaliavam que seria hora de aguardar a devolução, por se tratar de um momento em que o presidente sinalizava para a diminuição da tensão entre os Poderes.

Um interlocutor de Pacheco chegou a sugerir que ele aguardasse uma decisão do STF, após o procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestar pela suspensão da medida provisória.

Pacheco, no entanto, teria avaliado que a manifestação do PGR fortalecia a tendência de que o texto deveria ser devolvido, praticamente eliminando qualquer possibilidade de o gesto ser visto como político e contra o Planalto.

Assinada por Bolsonaro na véspera dos atos de raiz golpista que ocorreram no feriado do 7 de Setembro, a MP alterava o Marco Civil da Internet para impedir que as redes sociais decidam sobre a exclusão de contas ou perfis apenas com base nas próprias políticas de uso.

O texto foi publicado em uma edição extra do Diário Oficial da União e criticado por parlamentares e por organizações da sociedade civil.

Ao se manifestar em uma ação de partidos políticos que contestavam a MP, Aras pediu ao STF a suspensão da medida provisória.

"A alteração legal repentina do Marco Civil da Internet", disse Aras, "com prazo exíguo para adaptação, e previsão de imediata responsabilização pelo descumprimento de seus termos geram insegurança jurídica para as empresas e provedores envolvidos, mormente em matéria com tanta evidência para o convívio social nos dias atuais".

Aras defendeu que fossem mantidas as disposições que possibilitam a moderação dos provedores do modo como estabelecido na Lei do Marco Civil da Internet, enquanto não fossem debatidas pelo Legislativo as inovações promovidas pela MP de Bolsonaro.

O chefe do Ministério Público destacou que o Marco Civil, alvo de alterações implementadas pela medida provisória, é dotado de mecanismos direcionados a evitar atuação abusiva de provedores.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também defendeu a devolução da MP. A entidade enviou um parecer jurídico ao Senado e ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF.

A ordem afirma que a medida criava obstáculos à retirada de postagens com notícias falsas e discurso de ódio nas redes sociais e as contas ligadas a esses conteúdos. Além disso, o pedido de inconstitucionalidade afirmava que a MP violava as liberdades de expressão e informação e a livre iniciativa e a livre concorrência.

Pouco depois do anúncio de Pacheco, a ministra Rosa Weber, do STF, concedeu liminar para sustar os efeitos da MP. A magistrada é relatora de uma série de ações de partidos políticos que contestam o texto.

"Defiro o pedido de medida cautelar para suspender, na íntegra, a eficácia da MP", decidiu a ministra, que pediu ao presidente do Supremo, Luiz Fux, o envio da matéria para sessão virtual extraordinária do STF. Com a decisão de Pacheco, no entanto, as ações devem perder objeto.

Rosa destacou que a matéria, considerada por ela de "elevadíssima complexidade", deve ser discutida no Legislativo, "o locus adequado para discussão, elaboração e desenvolvimento".

"A propagação de fake news, de discursos de ódio, de ataques às instituições e à própria democracia, bem como a regulamentação da retirada de conteúdos de redes sociais consubstanciam um dos maiores desafios contemporâneos à conformação dos direitos fundamentais", afirmou.

Desde o início do ano, o governo discute formas de engessar a atuação de empresas como YouTube, Twitter, Facebook e Instagram. Em maio, uma minuta de decreto, tido como ilegal e inconstitucional por advogados consultados pela Folha, chegou a ser debatido pelo Ministério das Comunicações. A leitura do governo era que o texto deveria ser feito por instrumento legal mais rígido, como a MP.

A Secretaria de Cultura, comandada pelo ator Mario Frias, membro da chamada ala ideológica do governo, encabeçou a elaboração da medida publicada na semana passada.

O texto previa, entre outros pontos, a exigência de "justa causa e de motivação" para excluir conteúdos, além de cancelar ou suspender as funcionalidades das contas ou perfis mantidos nas redes sociais.

"A medida busca estabelecer balizas para que só provedores de redes sociais de amplo alcance, com mais de 10 milhões de usuários no Brasil, possam realizar a moderação do conteúdo de suas redes sociais de modo que não implique em indevido cerceamento dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros", afirmou o governo em comunicado.

A MP era ainda um aceno à base do presidente. Publicações de Bolsonaro e de seus apoiadores foram excluídas das redes sociais durante a pandemia da Covid-19 por desinformar sobre a doença. Em abril deste ano, o Twitter colocou um aviso de publicação "enganosa" em crítica do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, ao isolamento social.

Texto limitava retirada de conteúdo de redes sociais e era considerado aceno à base bolsonarista

CPI vê comprovada relação de advogado amigo de Barros com garantidora da Covaxin apesar de negativa

Em depoimento à CPI da Covid, o advogado e empresário Marcos Tolentino negou ser o sócio oculto do FIB Bank, empresa que deu a garantia para o negócio envolvendo a vacina indiana Covaxin.

Tolentino, no entanto, reconheceu que possui vários negócios em comum com o grupo, que ele alega serem frutos de participações em sociedades que ele manteve no passado. E se calou quando questionado sobre detalhes de sua relação.

O advogado e empresário também disse que manteve "encontros meramente casuais" com o presidente Jair Bolsonaro e reafirmou sua amizade com o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR).

Tolentino prestou depoimento nesta terça-feira (14), após ter faltado em sua oitiva no início deste mês, alegando problemas de saúde. A CPI havia obtido uma autorização da Justiça para proceder com condução coercitiva, caso ele não comparecesse novamente.

O advogado prestou juramento para dizer a verdade, mas se recusou a responder a diversas perguntas, por estar amparado por um habeas corpus. Ele ainda estava acompanhado de um médico, por se recuperar de sequelas da Covid-19.

Tolentino entrou no radar da CPI por sua ligação com o FIB Bank, a empresa que deu a garantia para Precisa Medicamentos na negociação da vacina indiana. O contrato de R$ 1,6 bilhão com o Ministério da Saúde acabou suspenso após o surgimento de diversos indícios de irregularidades. A CPI considera ter provas de que ele é o sócio oculto da empresa.

O próprio FIB Bank, que não é um banco, levantou suspeitas por ter capital de R$ 7,5 bilhões. Apenas um imóvel da empresa valeria R$ 7,2 bilhões, valor considerado pelos senadores como irreal.

Além disso, Tolentino é amigo pessoal de Barros, como o próprio deputado havia afirmado em seu depoimento à comissão. Barros se tornou investigado formal do colegiado.

"Sobre a minha participação no quadro societário do FIB, divulgada por matérias afirmando a dita sociedade oculta acerca da empresa FIB Bank, eu, Marcos Tolentino, afirmo que não possuo qualquer participação na sociedade", afirmou, na abertura de sua fala.

Tolentino disse que mantinha sociedade com Ederson Benetti, já morto, na empresa Benetti Prestadora de Serviços, de Curitiba, mas que se desligou há 12 anos.

"Dessa empresa da qual eu fazia parte, derivaram muitos negócios, direitos, bens, outras empresas, algumas que têm inclusive o nome Benetti como parte de sua razão social. E, mesmo com o falecimento do doutor Ederson Benetti, em um acordo com seu filho e herdeiro, Ricardo Benetti, algumas dessas empresas permaneceram de minha propriedade e outras foram a ele transferidas, a fim de fazer jus a seus direitos hereditários", afirmou em seu depoimento.

Cameli apresenta anteprojeto do viaduto da Corrente e pede empenho do Dnit na recuperação da BR-364

Em reunião com o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Antônio Santos Filho, o governador Gladson Cameli apresentou, nesta terça-feira, 14, o anteprojeto do viaduto da Corrente, que será construído em Rio Branco, e aproveitou ainda a oportunidade para solicitar do órgão prioridade na manutenção do trecho acreano da rodovia BR-364.

O futuro elevado se consolidará como um marco na mobilidade urbana da capital acreana. Localizada na interseção das rodovias BR-364 e AC-40, a passagem de nível eliminará a necessidade de uma rotatória, responsável por grandes congestionamentos ao longo das pistas em horários de pico, assegurando melhoria na fluidez do trânsito em uma região com alto tráfego de veículos leves e pesados.

Elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagens do Acre (Deracre), o anteprojeto será doado ao Dnit, que será o financiador e executará a obra, orçada em R$ 65 milhões. A previsão é que a estrutura seja construída em 2022 e inaugurada no ano seguinte.

Para Santos Filho, o governador Gladson Cameli explicou a relevância do viaduto na modernização do trânsito de Rio Branco. Segundo o gestor, o futuro equipamento viário é resultado de estudos técnicos e está sendo pensado para suprir a demanda das próximas décadas.

"Esse poderá ser o primeiro viaduto do Acre e a escolha da Corrente foi pelo fato de que naquele local se encontram duas rodovias, na entrada da nossa capital. O fluxo de veículos é muito grande naquela região, principalmente dos que chegam ao estado e seguem pela BR-364 até o Juruá, e também pela AC-40, que dá acesso a BR-317, a Estrada do Pacífico. Mostramos para o diretor-geral do Dnit a importância dessa obra e também nos colocamos à disposição para ajudar naquilo que for possível", afirmou.

Presente à videoconferência, o presidente do Deracre, Petrônio Antunes, classificou o encontro virtual como um avanço significativo para que o elevado se torne uma realidade. "Essa reunião foi um grande passo para que o anteprojeto seja analisado de maneira técnica. A próxima etapa será a discussão da concepção desse viaduto para que possamos definir um projeto concreto e iniciar logo essa obra, que será muito importante para a população", declarou.

Recuperação da BR-364

Ciente das atuais condições de trafegabilidade da principal rodovia federal que corta o Acre, Gladson Cameli pediu prioridade na manutenção da BR-364 antes do início do período chuvoso, principalmente nos trechos mais críticos, localizados entre Sena Madureira e Feijó.

"Sabemos que o governo federal tem tido uma atenção especial com o nosso estado, mas gostaria de reforçar o pedido na recuperação da BR-364, até o Vale do Juruá. Os maiores municípios do Acre dependem dessa rodovia aberta e não podemos deixar que as pessoas sofram com problemas de acesso durante o próximo inverno, que promete ser bastante rigoroso", pontuou.

Santos Filho mostrou sensibilidade com o pedido do governador e, apesar da escassez financeira, confirmou a destinação de recursos para a realização de serviços emergenciais ao longo da estrada. O diretor-geral do Dnit explicou ainda que a empresa responsável pela manutenção da rodovia vem descumprindo o contrato firmado com o órgão federal, não permitindo mais celeridade na execução dos trabalhos.

Governador Gladson Cameli em reunião virtual com o diretor-geral do Dnit

CCJ autoriza empréstimo do governo do Estado no valor de R$ 218 milhões

Cezar Negreiros

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Acre (Aleac) aprovaram por unanimidade, a proposta que autoriza o governo do Estado tomar um empréstimo junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) da Bolívia na ordem R$ 218 milhões. Agora a matéria aguarda o parecer das outras Comissões para entrar na pauta de votação do plenário da Casa, pois precisa do aval dos demais parlamentares acreanos.

A intenção do governo do Estado é investir nos seguintes projetos: Restauração da Rodovia AC-040 (Trecho do Trevo da BR 317 até Plácido de Castro); Construção da ponte de interligação do Bairro XV com a Regional da Baixada em Rio Branco; Construção de Ponte de Interligação entre o Bairro Sibéria e o Centro de Xapuri; Urbanização com Contenção das Margens do Rio Acre em Rio Branco "Orla de Rio Branco"; Urbanização com Contenção das Margens do Rio Juruá em Cruzeiro do Sul "Orla de Cruzeiro do Sul" e a Implantação do Coletor Tronco da Bacia do Igarapé Boulevard Thaumaturgo em Cruzeiro do Sul.

O deputado Pedro Longo (PV) declarou que a operação com o Fonplata é bastante atrativa, depois que a Caixa Econômica Federal mudou as regras de empréstimos desta natureza. "A Caixa não permite que seja realizado em uma única operação, pois esse empréstimo junto ao banco estrangeiro precisaria ser desmembrado em três operações", lamentou o líder do governo na Casa.

O presidente da COF, deputado Chico Viga (Podemos), cobrou mais explicação do PL que tramita pelas Comissões. Destacou que a Casa Civil deveria ter lhe chamado com antecedência para esclarecer pontos, a ponto da matéria, "porque não posso chegar aqui para colocar em votação uma proposta que não foi eu que convoquei", desabafou.

Questionamento

O deputado emedebista, Roberto Duarte (MDB), negou votar no PL porque devia ser debatido com os parlamentares da Casa. Recordou que três projetos aprovado pelo governo do Estado, nenhum deles foram contratado porque não tinha capacidade técnica. "No mínimo dois anos para ser liberado, acredito que só o próximo governo possa pegar esse dinheiro", declarou o parlamentar da base de oposição.

Alguns deputados questionaram porque o empréstimo não foi solicitado dos bancos públicos como o Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal. O secretário estadual de Planejamento e Gestão, Ricardo Brandão e o secretário de Fazenda, Rômulo Antônio de Oliveira Grandidier devem comparecer na Comissão para dar mais detalhes, sobre o empréstimo junto a uma instituição estrangeira.

Comissão do transporte coletivo se reúne para tratar do processo investigatório

Cezar Negreiros

A vereadora pedetista Michelle Melo (PDT), se reuniu na tarde de ontem com os demais membros da Comissão Especial de Inquérito (CEI) dos Transportes Coletivos para tratar das primeiras oitivas e divulgar as ações nos próximos 180 dias. A presidente da CEI prometeu esclarecer os pontos obscuros desta relação incestuosa dos empresários do setor de transporte, com as autoridades municipais para investigar esses contratos das concessionárias. "Queremos ter acesso aos contratos com os empresários e entender os critérios que foram estabelecidos para estipular o valor desta passagem de quatro reais", revelou a parlamentar.

O vereador Adailton Cruz (PSB), foi escolhido para ser relator, enquanto o vereador Fábio Araújo (PDT), para vice-presidente, a vereadora Lene Petecão (PSD) e Rutênio Sá (Progressistas), como membros titulares da Comissão. Os vereadores Antônio Moraes (PSB) e Emerson Jarude (MDB),foram designados para a suplência. "Vamos sentar primeiro com os representantes da categoria dos motoristas que conhecer os problemas, para nos dar um norte desta linha de investigação", declarou a pedetista, em entrevista concedida a uma emissora de televisão.

O presidente da Casa, vereador N. Lima (Progressistas) disse que agora cabe a presidente da CEI convocar os investigados e testemunhas. Antecipou que a Comissão contará com prazo suficiente para atuar com autonomia e fazer relatórios preliminares e definitivos da apuração das irregularidades patrocinadas. A CEI elegeu cinco pontos para começar as investigações: o primeiro que trata dos contínuos reajustes das passagens acima do reajuste do salário da população, as regras de celebração dos contrato de concessão com empresas de transporte coletivo, a legalidade dos subsídios tributos, a redução frota de veículos durante a pandemia de coronavírus, o não pagamento dos salários do trabalhadores e não recolhimento dos tributos por conta dos serviços executados a população rio-branquense.

Os parlamentares pretendem fazer uma devassa na Superintendência de Transporte e Trânsito de Rio Branco (RBTrans), para entender a fraudes nas planilhas de custos, subsídios e tarifas autorizada as empresas, porque a capital acreana tem a passagem mais cara do país, quando leva em conta percurso percorrido. A investigação no setor de transporte coletivo visa, apurar o preço da tarifa e a péssima qualidade do serviço prestado a população rio-branquense. Além de apurar a motivação da desativação dos dois terminais, inclusive das linhas durante a pandemia que deixou a população à mercê da própria sorte.

Pacote de ajuda

Desde o ano passado que as três empresas concessionárias mergulharam numa crise sem precedentes, mas no apagar das luzes da gestão da ex-prefeita Socorro Neri, os motoristas das empresas de ônibus chegaram a fazer diversas greves para reivindicar um pacote de ajuda na ordem de R$2,5 milhões. Em seguida, os empresários chegaram a acionar o atual, prefeito Tião Bocalom na justiça em busca de receber o subsídio de um serviço que não tinha sido prestado por conta de uma cláusula draconiana no contrato de permissão que permite a prefeitura do município arcar com o prejuízo das empresas.

Agora um Projeto de Lei (PL) da prefeitura de Rio Branco pede a autorização da Câmara Municipal para injetar um aporte de R$ 2,4 milhões nas empresas de transporte coletivo, que assume o compromisso de reduzir o preço da passagem de R$ 4,00 para R$ 3,50. Com a injeção de um crédito de oito meses para subsídio dos usuários que pagam a passagem inteira, as empresas do setor de transporte coletivo que contam com 66 ônibus circulando nos bairros da capital assumiu o compromisso de aumentar a frota para 80 veículos e com a retomada do ano letivo dever chegar a 100 ônibus em circulação.